

**POLÍTICA ECONÔMICA**

14 DEZ 1989

# Congresso aprova orçamento para 90

E minutos antes da votação, deputado cria gastos de mais NCz\$ 1,6 bilhão

BRASÍLIA — O Congresso aprovou ontem à noite o projeto de lei do orçamento para 1990. O relator da Comissão Mista de Orçamento, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), incluiu, à última hora, no texto que ia a plenário, a programação especial (emendas de interesse dos deputados e senadores) com um gasto de NCz\$ 1,6 bilhão ao mesmo artigo que determina a indexação do orçamento pela Unidade de Referência Orçamentária (URO).

A manobra dificulta o provável veto do Executivo aos gastos autorizados pelos parlamentares. Se o governo vetar uma parte, todo o artigo será vetado, inclusive a indexação, defendida pelo Executivo e pelo Congresso. A programação especial de NCz\$ 1,6 bilhão foi feita depois que um cálculo dos membros da comissão estimou em NCz\$ 1,8 bilhão a economia que o futuro governo terá com a aplicação do redutor de 10% sobre as despesas previstas. A sua inclusão no orçamento não significa que ela será efetivamente executada, mas abre uma brecha para que os lobbies políticos pressionem a favor do gasto adicional.

O setor mais beneficiado pelas emendas dos parlamentares foi o dos transportes, com NCz\$ 792 milhões. O orçamento de 1990, que fixa despesas e receitas em NCz\$ 338,8 bilhões, a preços de maio, enfrentou problemas



André Dusek/AE - 21/11/89

### *Tinoco: inclusão na última hora*

para ser votado ontem. A maior dificuldade era encontrar um consenso para incluir no projeto uma compensação financeira aos Estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. A União deve a esses estados uma soma ignorada pelos parlamentares por conta da diferença dos preços de energia elétrica cobrados nesses Estados e nos restantes.

No início da noite, o líder do PMDB, Íbsen Pinheiro (RS), negociou a fixação de um limite de NCz\$ 200 milhões a preços de maio, por Estado, para compensar com a União em troca da dívida interna que vence em 1990. Essa questão deve ser vetada pelo governo, segundo o secretário de Orçamento e Finanças da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (Seplan), Pedro Parente.